



**Violência liberal e
a fronteira racial
da União Europeia**



Arshad Isakjee

Departamento de Geografia e Planejamento,
Universidade de Liverpool, Reino Unido

Thom Davies

Escola de Geografia,
Universidade de Nottingham, Reino Unido

Jelena Obradovic-Wochnik

Relações Políticas e Internacionais,
Universidade de Aston, Reino Unido

Karolína Augustová

Sociologia e Política,
Universidade de Aston, Reino Unido

TRADUÇÃO:

Rafael Kalinoski

UNIFATEC, PPGTU / PUC-PR

Violência liberal e a fronteira racial da União Europeia

Resumo

Este artigo examina como a violência racial sustenta o regime de fronteiras da União Europeia. Por meio de dois estudos de caso, no norte da França e na região dos Balcãs, exploramos como a violência de fronteira se manifesta de formas divergentes: desde a violência física direta que é rotina na Croácia, até formas mais sutis de violência evidentes na governança de migrantes e refugiados vivendo informalmente em Calais, mais próximos do centro geopolítico europeu. O uso da violência contra pessoas em situações transitórias entra em contradição com a autoimagem liberal, pós-racial, da UE. Recorrendo ao trabalho de pesquisadores pós-coloniais e a teorias da violência, argumentamos que as várias tecnologias de violência utilizadas pelas nações da UE contra migrantes incorporam a lógica inerente da governança liberal, enquanto também reproduzem a tendência do liberalismo de negligenciar suas limitações raciais. Por meio de questionamentos sobre como e por que a violência de fronteira se manifesta, voltamos a atenção crítica para as ideologias racistas dentro das quais a violência é predicada. Este artigo caracteriza o regime de fronteira da UE como uma forma de “violência liberal” que busca omitir tanto a natureza da violência quanto suas bases raciais.

Palavras-chave: migração, raça, fronteiras, violência, liberalismo, refugiados.

La violencia liberal y las fronteras raciales de la Unión Europea

Resumen

Este artículo examina cómo la violencia racial sustenta el régimen de fronteras de la Unión Europea. A través de dos estudios de caso, en el norte de Francia y en la región de los Balcanes, exploramos cómo la violencia fronteriza se manifiesta de formas divergentes: desde la violencia física directa que es rutinaria en Croacia, hasta formas más sutiles de violencia evidentes en la gobernanza de los migrantes y refugiados que viven informalmente en Calais, más cerca del centro geopolítico europeo. El uso de la violencia contra las personas en situaciones transitorias contradice la imagen liberal y postracial de la UE. Basándonos en el trabajo de los investigadores poscoloniales y en las teorías de la violencia, argumentamos que las diversas tecnologías de la violencia utilizadas por las naciones de la UE contra los inmigrantes encarnan la lógica inherente a la gobernanza liberal, al tiempo que reproducen la tendencia del liberalismo a descuidar sus limitaciones raciales. Al cuestionar cómo y por qué se manifiesta la violencia fronteriza, dirigimos nuestra atención crítica a las ideologías racistas en las que se basa la violencia. Este artículo caracteriza el régimen fronterizo de la UE como una forma de “violencia liberal” que pretende omitir tanto la naturaleza de la violencia como su base racial.

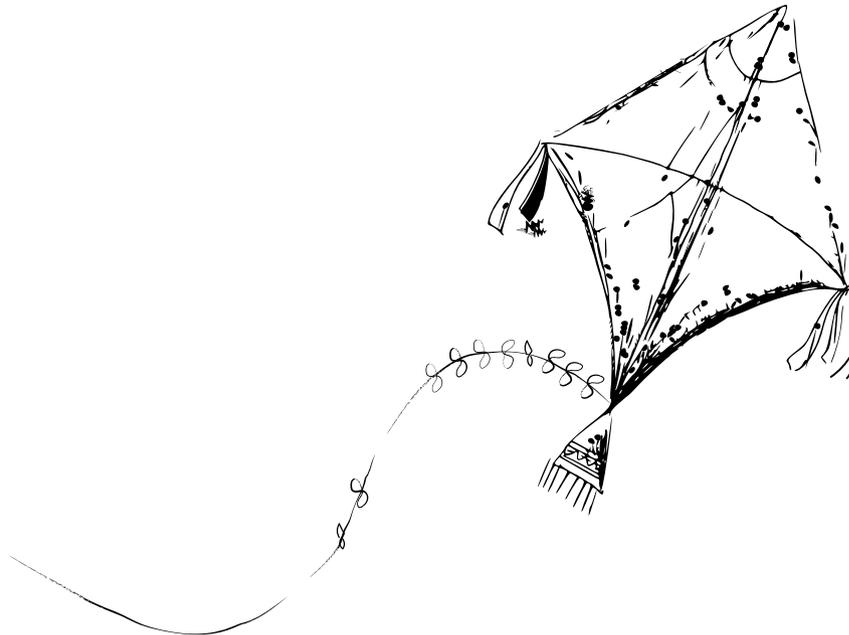
Palabras clave: migración, raza, fronteras, violencia, liberalismo, refugiados.

Liberal violence and the racial borders of the European Union

Abstract

This paper examines how racial violence underpins the European Union's border regime. Drawing on two case studies, in northern France and the Balkans, we explore how border violence manifests in divergent ways: from the direct physical violence which is routine in Croatia, to more subtle forms of violence evident in the governance of migrants and refugees living informally in Calais, closer to Europe's geopolitical centre. The use of violence against people on the move sits uncomfortably with the liberal, post-racial self-image of the European Union. Drawing upon the work of postcolonial scholars and theories of violence, we argue that the various violent technologies used by EU states against migrants embodies the inherent logics of liberal governance, whilst also reproducing liberalism's tendency to overlook its racial limitations. By interrogating how and why border violence manifests we draw critical attention to the racialised ideologies within which it is predicated. This paper characterises the EU border regime as a form of "liberal violence" that seeks to elide both its violent nature and its racial underpinnings.

Keywords: migration, race, borders, violence, liberalism, refugees.





Introdução e métodos

“Eu tenho uma pergunta para você: Se a União Europeia defende a liberdade e a igualdade e tudo isso, como podem tirar isso de nós? Eles dizem que fazem tanto trabalho humanitário, mas eles não querem as 2000 pessoas deste campo? E eles batem em nós, agressivamente”

Vítima afegã da violência policial na Croácia, Bihac, Bósnia e Herzegovina, julho, 2019.

Este artigo apresenta evidências de dois projetos de pesquisa sobre violência de fronteira na Europa – no norte da França e na fronteira entre Croácia e Bósnia e Herzegovina (doravante Bósnia). Cada estudo de caso demonstra que, na União Europeia (UE), a violência é rotineiramente utilizada para controlar a imigração. Nesses estudos, observamos como a violência de fronteira europeia é obscurecida pela ocultação e pelo deslocamento da violência para as “periferias” espaciais, onde ela tem menos chances de ser detectada. Essas descobertas empíricas da violência de fronteira contrastam com a autoimagem liberal e pós-racial da Europa e da UE, que defende a dignidade humana e a lei como princípios dos “valores europeus” (EUROPEAN UNION, 2019). Ao invés de aceitar esse entendimento hegemônico das práticas liberais na fronteira, argumentamos que as tecnologias de ocultação e deslocamento evidenciadas nesses estudos de caso apontam para uma forma de “violência liberal”, marcada pelo obscurecimento da violência policial e pela lógica racial que a sustenta.

O primeiro desses estudos de caso apresenta o trabalho de campo realizado na França entre 2015 e 2019 com

a cidade de Calais como ponto-focal. O norte da França constitui a fronteira noroeste da área compreendida pelo Tratado de Schengen e o porto de Calais é um ponto nodal entre a área de Schengen e o Reino Unido. Calais tem observado um número significativo de migrantes chegando e residindo informalmente durante os últimos 20 anos, em rota para o Reino Unido por meio do Canal Inglês (RYGIEL, 2011). A pesquisa começa em 2015, quando milhares de migrantes que viviam em ocupações informais na cidade portuária foram encurralados em um espaço na margem do limite da cidade, um terreno que se tornou a infame “Selva de Calais” (*Calais Jungle*) (MOULD, 2017; VAN ISACKER, 2019). Nossa pesquisa em Calais envolveu levantamentos de saúde ambiental (DHESI et al., 2015; 2018) e pesquisa etnográfica com voluntários e habitantes dessa área e foi utilizada para explorar os atos sutis e diários de violência estatal estrutural por meio da inação e do abandono (DAVIS et al., 2017).

O segundo estudo de caso apresenta pesquisa na Bósnia realizada entre 2016 e 2019. A ampla região conhecida pela UE como “Balcãs do Oeste” é uma região onde a segurança da fronteira da UE foi “terceirizada” (TRAKILOVIC, 2020) e é, portanto, um terreno produtivo para examinar as contestações das práticas de exclusão na Europa. Desde a re-imposição dos três controles de fronteira de Dublin em 2016, migrantes e refugiados ficaram retidos nas fronteiras entre a Croácia dentro da UE e a Sérvia e a Bósnia nas periferias da Croácia (JMEK et al., 2019). Esses imigrantes e refugiados que tentaram realizar uma jornada para a Croácia e para a Eslovênia (ou seja, para dentro da UE), enfrentaram abuso físico rotineiro por parte dos guardas de fronteira dentro do território da UE. Essa violência, documentada por ativistas (BORDER VIOLENCE MONITORING NETWORK, 2020), organizações humanitárias (AMNESTY INTERNATIONAL, 2019; MSF, 2017) e pela nossa própria observação de longo prazo é mais direta e cruel que aquela que afeta os migrantes e refugiados em Calais. Ela é caracterizada por roubos e abusos físicos: punhos e bastões contra carne e osso. Esses abusos são catalogados por monitores da violência de fronteira com os quais nós estamos colaborando em um projeto de ativismo-científico. Nossos dados ora apresentados consistem em observações de longo prazo da ativista-cientista Karolína Augustová, que trabalhou com voluntários de base em agrupamentos de documentação da violência durante 11 meses entre janeiro e dezembro de 2018, e um mês de trabalho de campo qualitativo na Bósnia realizado pelos outros três autores, focando especificamente no conjunto de testemunhos sobre experiência de violência e dispersões ilegais por parte da UE. Os dados foram complementados com observações e entrevistas de trabalho de campo na Sérvia em 2019.

Os contrastes entre essas duas modalidades de violência em diferentes fronteiras externas da UE (Fig. 1) levaram-nos a considerar com mais atenção o papel do controle de fronteiras entre as democracias liberais da Europa. A "integridade" da fronteira europeia é reforçada por meio de várias formas de violência, tanto diretas quanto indiretas, que podem ferir ou matar quem tenta entrar irregularmente (JEANDESBOZ, 2014). Conforme pesquisadores sobre migração têm mostrado, recorrentemente as formas mais indiretas e geograficamente "distantes" de violência são as mais letais: a remoção dos navios de resgate no Mediterrâneo, por exemplo, que deixam milhares se afogarem enquanto fazem jornadas perigosas para a Europa (STIERL, 2018). Enquanto existir pesquisa crítica sobre as *tecnologias* da governança de fronteira (JONES, 2016), que tem respondido questões vitais sobre *como* corpos irregulares são imobilizados e tornados precários, existirá também a necessidade crítica de interrogar seus princípios fundamentais: suas racionalidades, suas lógicas. Em outras palavras, perguntas como *o porquê* dessas violências de fronteira serem permitidas e justificadas.



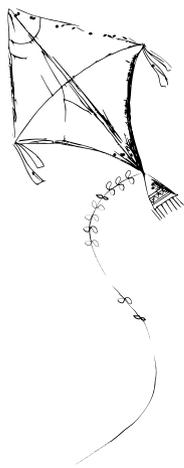
Figura 1: Mapa da Europa mostrando a localização dos estudos de caso. Quando o artigo foi escrito, o Reino Unido ainda integrava a UE. Fonte: Os autores.

É nesse espaço que nosso artigo faz sua contribuição. O texto se volta para os dois casos previamente mencionados de violência de fronteira para securitizar os limites da UE e sugere que, embora esses dois casos tenham manifestações diferentes, eles compartilham de uma unidade dialética. Cada forma de violência funciona para obscurecer sua brutalidade, por vezes por meio de ocultação e deslocamento – e, portanto, mascarando a lógica *racial* que embasa o trabalho de fronteira na UE. Esse obscurecimento da violência ajuda a sustentar noções do liberalismo europeu por meio da camuflagem das contradições do liberalismo no que diz respeito à raça.

O artigo começa pela revisão de literatura sobre governança violenta de migrações na era liberal, fazendo distinções entre a tecnologias violentas de governança e suas racionalidades, utilizando as noções de Galtung (2019) de "violência cultural". A partir do trabalho de Goldberg (2002) em particular, o artigo examina as lógicas raciais que sustentam a Europa Estado-nação moderna por meio do exame de longas contradições entre o liberalismo universal autodeclarado da Europa e suas limitações espaciais e ideológicas. Essa perspectiva pós-colonial é crucial para entender como as fronteiras da Europa e o liberalismo europeu têm sido ideologicamente construídas (EL TAYEB, 2011; LOSURDO, 2011). Por fim, nós examinamos os dois estudos de caso mencionados e detalhamos os tipos e tecnologias da violência utilizados, e também exploramos os modos como a racialização pode ser detectada naquelas formas de violência, de modo mais sutil ou mais evidente. Concluimos enquadrando a governança contemporânea da fronteira europeia como uma forma de "violência liberal" que funciona para obscurecer suas bases raciais.

Violência em tempos liberais

Enquanto a noção de um continente "europeu" é anterior ao liberalismo, os valores da Europa contemporânea e da Europa oriental são amplamente aceitos como parte da ideologia liberal. Liberdades individuais e direitos de expressão, movimentos e organizações políticos, junto da arquitetura dos Estados com política democrática são considerados marcos da sociedade europeia liberal. Adicionalmente, os direitos liberais são considerados inerentes e universais, ao invés de predicados em características herdadas como, por exemplo, raça ou etnia (PAREKH, 1992). O próprio Estado-nação com sua estrutura burocrática é desenhada para balancear a democracia popular com os direitos individuais, e se torna o principal veículo por meio do qual o regimento liberal da lei se sustenta. Às vésperas da guerra do Iraque, Habermas e Derrida (2003, p. 295)



sumarizaram em seu apelo excessivamente otimista pela paz e pela união europeia: "Os europeus têm muita fé nas capacidades organizacionais e de governo do Estado (...) eles têm um senso apurado do iluminismo dialético(...) Seus níveis de tolerância com a violência contra as pessoas são comparativamente baixos". Um equivalente sentimental dessa noção também é evocado nos autodeclarados valores da fronteira da UE e da agência da guarda costeira Frontex, a qual é encarregada com a "proteção" dos Estados liberais da Europa: "Nós somos profissionais. Nós temos respeito. Nós buscamos cooperação. Somos responsáveis. Nós agimos" (FRONTEX, 2019).

Conforme este artigo irá mostrar, essa noção de "proteção" é muito distante da realidade do policiamento da fronteira europeia, a qual é indiscutivelmente violenta. Mas as palavras de Habermas e Derrida (2003) sobre a aversão da sociedade europeia à violência ecoam o conto ortodoxo dos Estados europeus modernos e sua relação com a governança violenta. Esse conto vê os Estados europeus como se eles houvessem mudado da soberania autocrática dos antigos reinos europeus e impérios, e vê a Europa – e suas ramificações coloniais – como se tivessem introduzido direitos universais e, eventualmente, responsabilidade democrática. A violência social é, então, reduzida, ou pelo menos tornada "justa" (NEU, 2018), por meio de sua execução em vias legais que são premissas dos direitos liberais e democráticos. Essa é uma razão pela qual a violência é frequentemente pouco teorizada ao aceitar a noção de que atos persistentes de violência em configurações liberais são "meras casualidades colaterais ao longo de um caminho firme para a modernidade iluminista" (HUTTA, 2019, p. 65).

Por outro lado, conforme geógrafos e pesquisadores alinhados têm demonstrado, a violência ainda é parte muito presente da sociedade liberal (NEU, 2018), e não meramente um resultado das relações sociais desiguais (GALTUNG, 2019), mas também um reflexo da própria sociedade: suas prioridades, suas ansiedades e suas vulnerabilidades (DAVIES, 2019). Em outras palavras, a violência "mimetiza" os valores fundamentais do sistema social (SPRINGER; LE BILLON, 2016, p. 1).

O trabalho de Galtung (1969; 1990) é central para entender os mecanismos por meio dos quais a violência opera no contexto liberal, destacando como a violência é escondida ou legitimada. Se as sociedades liberais almejam uma imagem de paz e justiça, então a presença da violência precisa ser disfarçada, deslocada ou justificada. Galtung (1969; 1990) oferece contribuições importantes sobre os modos como a violência opera, desde sua socialização e estruturação até os atos de violência propriamente ditos. Para Galtung (1969), o momento no qual a violência incide sobre o corpo não é o

mais importante sociologicamente. O autor posiciona a violência estrutural e cultural como precursora e condicionante do ato direto de violência física e argumenta que as forças estruturais e culturais legitimam e incorporam a violência nos padrões da vida cotidiana (1990). Tanto a violência estrutural quanto a cultural são marcadas pela visibilidade reduzida próxima do ato de violência propriamente dito (RODRIGUEZ et al., 2014). Para Galtung (1990, p. 294), a violência estrutural constitui os *processos* por meio dos quais a violência física se sustenta, e isso corresponde às ordens pelas quais a violência é escondida, deslocada ou negada.

Aqueles que documentam a violência estrutural de fronteira evidenciaram alguns modos pelos quais ela pode ser envolta, e esses modos podem variar em níveis sutis (DAVIES et al., 2017; JONES, 2016). Tanto as consequências de banir missões de resgate no Mediterrâneo (GARELLI et al., 2018), quanto os atos que tornam ilegal a oferta de água para migrantes no deserto de Sonora, têm implicações letais. Da mesma forma, as tentativas de tornar ilegal a distribuição de comida para pessoas em busca de asilo, o que pode mantê-las em estado permanente de fome (TAZZIOLI, 2019; TYERMAN, 2019), ou as práticas "domicídias" ² como encharcar sistematicamente os pertences dessas pessoas e as destruições rotineiras de seus abrigos em Calais ou outros lugares (HAGAN, 2019; VAN ISACKER, 2019). Outras técnicas de fronteira acontecem longe da zona fronteira física em configurações institucionais onde, por exemplo, cuidados de saúde para refugiados podem ser negados ou limitados, o que permite que doenças evitáveis debilitem os migrantes (DHESI et al., 2018; ILCAN et al., 2018). Dentre esses exemplos, os Estados podem usar uma arquitetura legal ou extralegal de política pública para viabilizar a violência por meio da inação ou da negação (DAVIES et al., 2017).

As mortes dos migrantes podem, portanto, ocorrer sem que ninguém as veja, deslocadas e escondidas ao longo de linhas de fronteira desoladas ao sul do Arizona ou do Novo México, a milhares de quilômetros de Washington DC, onde as políticas públicas são elaboradas, ou sob as ondas do Mar Mediterrâneo. O sofrimento provocado deliberadamente por meio das tecnologias sutis mencionadas também permite que a violência pareça auto aflitiva, onde as "condições violentas" às quais os refugiados são forçados a aguentar são traduzidas como *sua própria culpa* (LAURIE; SHAW, 2018). Assim como o governo subverte o poder para que essas situações pareçam resultado de ações individuais livres, a inação das políticas e a retenção de direitos humanos básicos relocam a culpa para o próprio migrante.

Diferentemente das formas de violência diretas e estruturais discutidas acima, a violência cultural nos leva para além das tecnologias e processos de violência em direção a *racionalidades* de base. Apesar de autores pós-estruturalistas argumentarem que os processos de violência e suas lógicas se sobreponham, para Galtung (1990, p. 294) a violência cultural é o substrato permanente sob os *processos* da violência estrutural, repressão e espoliação que constroem os próprios sujeitos para os quais a violência é então aplicada. Galtung (1990, p. 296) especificamente se refere às ideologias como o nacionalismo ou a religião como as bases sobre as quais o consentimento político e popular frequentemente se constitui para normalizar a violência repressiva. Aqui, por meio da posição central da *raça* em nossa análise da violência de fronteira, nós começamos a isolar as racionalidades da governança que podem ser frequentemente sufocadas pela retórica mundana da política ou ofuscadas pelo imediatismo contundente dos próprios atos de violência.

Europa e raça: contradições liberais

Vamos retornar à autoimagem liberal da Europa previamente mencionada e seus valores de liberdade universal: esses valores oferecem uma base intelectual para as revoluções democráticas e as evoluções de ordens políticas na Europa entre os séculos XVII e XX. As noções de "liberdade" e "justiça" são as bases da virada da autocracia soberana para um contrato social que amplia os direitos à cidadania doméstica, ou à suposta dominação da Natureza pela Razão. No entanto, as lacunas e contradições dessa autoimagem são aparentes desde o começo do pensamento liberal europeu. Morefield (2014, p. 4) afirma que o imperialismo "apresenta, talvez, o desafio mais importante para a narrativa de base da igualdade liberal, liberdade individual e autoridade soberana". Isso porque a fundação do liberalismo europeu imediatamente exclui narrativas de mulheres, pessoas não-livres e, crucialmente, pessoas pretas e *brown*³ que tenham sido colorizadas por Estados ostensivamente "liberais" (MEHTA, 1999). Esta seção do artigo explora como os ecos dessa contradição liberal, nascidos no contexto do colonialismo, são sustentados na lógica racial contemporânea das fronteiras da UE.

Goldberg (2002) lança dúvidas sobre a narrativa dominante do liberalismo por meio de sua exegese da filosofia liberal na qual reavalia os princípios do liberalismo sob a ótica da raça e do colonialismo. Goldberg (2002) dissecou textos de John Locke, Thomas Carlyle e, inclusive, John Stuart Mill, cujo liberalismo mal se estendia a conceder direitos iguais aos sujeitos colonizados. Em sua forma mais flagrante, o trabalho de Carlyle



manifesta "negrofobia" explícita (GOLDBERG, 2005, p. 58-60) justificada por meio de determinismo biológico. Mesmo nos trechos menos inflamatórios, o racismo liberal de John Stuart Mill e outros demarca entidades africanas, orientais e asiáticas como insuficientemente desenvolvidas, social ou politicamente, para serem consideradas merecedoras do autogoverno liberal ao qual a Europa era inerentemente merecedora. Essa lógica, segundo Parekh (1994) astutamente observou, permitiu que colônias distantes fossem governadas violentamente como se existissem no suposto "estado de natureza" hobbesiano – com pouca preocupação a respeito das liberdades que os próprios europeus haviam descoberto. Essa contradição – uma miopia intencional – também é estendida para a própria construção de outra invenção do iluminismo: o Estado-nação. O Estado-nação, contido na forma geográfica, serve para proteger cidadãos da suposta alternativa do "estado de natureza". Conforme Goldberg (2002, p. 240) observa, isso ocorre por meio da mobilização de limites espaciais conforme as configurações raciais com o objetivo de confortar e controlar aqueles que estão dentro dos limites espaciais definidos e repelir os que estão fora. Uma "ordem racial" violenta, conforme posto por Goldberg (2002), se torna uma extensão natural da racionalidade. Portanto, passamos a esperar que valores e direitos liberais sejam emprestados e defendidos na Europa – mas não fora dela.

Esse "pecado original" colonial dos Estados liberais europeus é significativo porque conforma as configurações raciais que se tornam a *raison d'être* das técnicas violentas utilizadas nas fronteiras da Europa contemporânea e em seus regimes coloniais. Aimé Césaire (2001), dentre muitos outros, referiu-se aos séculos de dominação europeia da maior parte do mundo colonizado como *civilizatórios*. Conforme Cedric Robinson (1983, p. xxxi) conclui a respeito da dominação europeia em tempos coloniais, "Raça era sua epistemologia, seu princípio de ordem, sua estrutura organizacional, sua moral autoritária, sua economia de justiça, comércio e poder".

Potências coloniais ocidentais rotineiramente utilizaram a noção de processo civilizatório como justificativa para conquistas imperiais (FABIANI, 2011) – uma ideologia racista que também era replicada na disciplina da geografia. O colonialismo não apenas deu forma às colônias, mas construiu as noções da "Civilização Ocidental" em oposição à barbárie não-ocidental. É por essa razão que Frantz Fanon (1961, p. 53) famosamente gracejou que a "Europa é literalmente a criação do Terceiro Mundo". A própria definição de civilização ocidental e o liberalismo que ela representa para exemplificar é definido em relação a este Outro incivilizado (SAID, 1978). Ainda assim, conforme Césaire (2001, p. 32) enfatizou, e este artigo irá reiterar, é a própria desumanização dos sujeitos racializados que permite que sejam violentamente, e *liberalmente*, tratados.

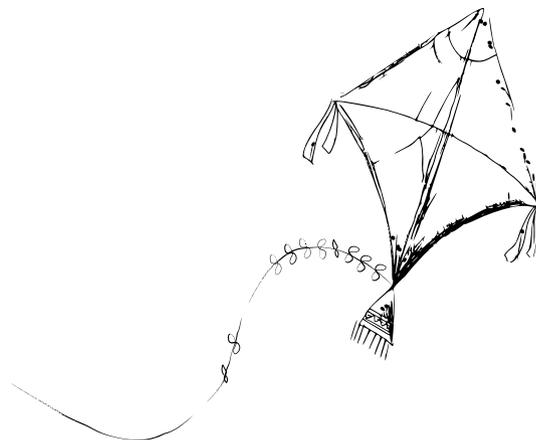
O pós-guerra no século XX poderia ostensivamente ser visto como uma quebra pós-colonial daquilo que Goldberg (2002) descreveu como "ordem racial". Mesmo assim, vemos a continuação desses debates atualmente por meio da política de migração europeia (EL TAYEB, 2008; TURNER, 2015). Mesmo quando a Convenção de Refugiados de 1951 foi assinada pelas Estados-nações liberais no advento do deslocamento de civis europeus após a segunda guerra mundial, a Grã-Bretanha e outras potências coloniais controlaram as tecnologias burocráticas para restringir o direito ao asilo a não-europeus (MAYBLIN, 2017). Asilo, em outras palavras, nunca foi concebido para sujeitos coloniais.

Na era contemporânea, podemos ver os ecos distintos do imperialismo na violação de direitos de migrantes e refugiados (WALIA, 2013). Bhambra (2017) observa que, ao contrário das narrativas dominantes da Europa como um destino de refugiados e pessoas em busca de asilo, a realidade é que a Europa, enquanto continente mais rico do mundo, abriga menos refugiados que qualquer outro continente em comparação com sua população (BHAMBRA, 2017, p. 396). Países em desenvolvimento – e não seus antigos mestres coloniais – abrigam 80% dos refugiados do mundo (BHAMBRA, 2017, p. 396). Neste século, os países da UE, incluindo Reino Unido, França, Alemanha, Dinamarca, Holanda, Áustria, Itália e Hungria viram uma grande ansiedade sendo despendida pelos principais partidos políticos a respeito do lugar dos imigrantes nesses países (BETZ, 2016). Adicionalmente, a UE presidiu um regime de migrações que facilita restrições ao movimento interno apenas para fortalecer as barreiras à entrada daqueles que estão fora da UE. Conforme El Tayeb (2011, p. 2-3) explica, a construção de uma "Europa fortificada" é frequentemente reforçada por discursos que vêem a Europa como uma "vanguarda" situada em um mundo que seria perigoso caso contrário. Similarmente, no advento da expansão política europeia após a queda do Muro de Berlim, Stuart Hall (1991, p. 18) explicitamente identificou como o discurso emergente em torno do cosmopolitismo europeu liberal poderia facilmente ser um pivô para compensar marcos discursivos sobre refugiados, fundamentalismo e "migração ilegal". É essa própria lógica que M'charek et al. (2014) identificam quando detalham os modos por meio dos quais a governança das fronteiras europeias articula-se sobre a tecnologia da raça e do processo de racialização.

Conforme pesquisadores frequentemente nos lembram, a raça não serve para ser essencializada, mas para ser considerada como uma mudança de categoria (GILROY, 1987; SIVANANDAN, 1990) guiada pelos discursos e práticas sociais, políticos e culturais. Veremos no segundo estudo de caso deste artigo como refugiados racializados

por seu aspecto muçulmano têm sua identidade muçulmana utilizada como justificativa para a violência. A alteridade perturbadora do "outro" vista nos migrantes é potencializada por meio de modelos discursivos que descrevem os migrantes como, por exemplo, bárbaros nos portões da civilização (TODOROV, 2010), como muito iliberais para encontrar seu lugar na sociedade liberal, como sujeitos (ZIMRING, 2017), como nojentos e até como animais (VAUGHN-WILLIAMS, 2015). Cada um desses discursos forma a violência cultural (GALTUNG, 1990), que então permite agredir os próprios corpos dos migrantes e refugiados que são racializados dessa forma. A racialização de Outros não-europeus oferece a base ideológica e epistêmica sobre a qual as estruturas de opressão anti-migrantes são construídas. Nós precisamos explicitamente contextualizar a violência evidente nas fronteiras do mundo – e em ambos os casos estudados aqui – como violência *racial*.

Há riscos em não confrontar as bases raciais da violência de fronteira. Leituras des-racializadas sobre governança de migrações impõem uma versão quase mística da história da Europa e suas colônias ao simplesmente caracterizar a violência como uma aberração de falhas políticas em uma sociedade que, do contrário, seria igualitária e progressista (MONDON; WINTER, 2020). Tais leituras reinscrevem aquilo que Lentin (2008) descreve como o mito de uma "Europa pós-racial" intelectualmente criada para simplificar a violência anti-migrantes como um resultado tecnocrático das práticas estatais de governo e respeito à cidadania, em oposição às exclusões estruturais que dizem respeito à raça; um discurso tão frequentemente repetido nos "estudos sobre migração". Conforme essa revisão de literatura argumentou, essa própria elisão reproduz lógicas de violência liberal que não enxergam as raças. Elaborando sobre essa revisão de literatura, o restante do artigo explora dois estudos de caso interconectados que demonstram a violência racial na fronteira europeia. A partir de longa pesquisa em Calais e nos Balcãs, mostraremos como a "violência liberal" é uma forma dominante de governança na fronteira da UE que opera por meio de lógicas racializadas e é sustentada por meio de ocultação, deslocamento e negação da violência racial.



Violência contra refugiados e migrantes em Calais

Cavalheiros, nós precisamos falar mais alto e mais honestamente! Precisamos dizer abertamente que, de fato, as raças superiores têm direito sobre as raças inferiores. Eu repito que as raças superiores têm um direito, porque têm uma missão. Têm a missão de civilizar as raças inferiores (Jules Ferry, 28/03/1884).

Jules Ferry foi um político liberal duas vezes Primeiro Ministro da França. Conforme seu discurso citado sugere, ele também foi "um dos principais teóricos do processo de colonização" (FABIANI, 2011, p. 8) e um suprematista branco ardente durante a Terceira República (1870-1940). Não é sem nenhuma ironia que depois de 130 anos, descendentes de sujeitos coloniais, que Jules Ferry tinha feito *lobby* para subjugar, esperariam em uma fila, na chuva, para carregar seus telefones num centro de refugiados chamado *Le Centre Jules Ferry*, situado às margens do maior acampamento de deslocamento na Europa continental, nos arredores de Calais. Vamos explorar como esse caso ocorreu.

Por mais de 20 anos, Calais, no norte da França, tem sido caminho de refugiados viajando para o Reino Unido em busca de asilo. Ao longo desse período, o porto da cidade se tornou relutante em abrigar milhares de pessoas em deslocamento que viviam – e continuam a viver – informalmente em numerosas ocupações e terrenos abandonados na periferia da cidade. Em abril de 2015, a população de migrantes foi encurralada em um terreno periférico: uma antiga área tóxica ao longo do *Le Centre Jules Ferry*, a cerca de três quilômetros das ruas de Calais, fora do campo de visão dos moradores e turistas. Em seu pico, o terreno abrigou cerca de 8 mil residentes e era a única localização em Calais onde pessoas desabrigadas eram permitidas para dormir e residir. O continente não presenciara o uso político de acampamentos nessa escala desde as guerras da antiga Iugoslávia nos anos 1990.

Nós postulamos que a designação do campo de Calais em 2015 foi um ato de ocultação e deslocamento da violência racial utilizada na governança de refugiados. Além disso, sugerimos que a violência foi possibilitada pela racialização dos habitantes desse campo. Ao invés de trabalhar em parceria com o Reino Unido para permitir que os pedidos de asilo fossem analisados em ambos os lados do canal inglês, ou



permitir processos de reunificação familiar, os refugiados foram abandonados pelas agências estatais. Seu direito à vida familiar e ao reassentamento não seria inato, mas dependente da travessia perigosa da fronteira. Entretanto, sua própria presença no centro de Calais era um problema para as autoridades; sua visibilidade nos espaços cívicos era notória (MIGRATION OBSERVATORY, 2014). Consequentemente, em atos de violência oculta, o campo de residentes era deliberadamente alimentado com apenas uma refeição por dia oferecida pelo *Le Centre Jules Ferry*, o qual apenas atendia a menos da metade da população do campo (DAVIES et al., 2017). Muitos residentes reportaram sentir fome; eles também não tinham reservas seguras de comida, o que levou a doenças gastrointestinais (DHESI et al., 2015). Os abrigos consistiam em tendas doadas ou lonas rudimentares sobre estruturas de madeira improvisadas. Durante nosso trabalho de campo em Calais, em abril de 2015, notamos o sentimento de ruptura repentina e choque quando caminhamos das ruas suburbanas de Calais em direção ao campo onde o sofrimento dos refugiados foi desnudado (DAVIES; ISAKJEE, 2019). No início desse campo, apenas uma estrada e uma cerca-viva preveniam que as condições de vida dos migrantes fossem observadas. Do contrário, eles estariam vivendo diretamente ao longo dos cidadãos franceses e residentes de Calais.

Depois que autoridades francesas forçosamente removeram refugiados do terreno do novo campo em 2015, a tão chamada "selva" se tornou um terreno altamente concentrado de refugiados vivendo informalmente – um espaço onde "desigualdades racializadas globais [eram] repentinamente escritas em letras garrafais na paisagem europeia" (DAVIES; ISAKJEE, 2019, p. 215). O deslocamento dos refugiados para esse terreno, no entanto, acabou por falhar em esconder o "problema" dos migrantes, da injustiça e de suas habitações, ou a inabilidade da violência de Estado em dissuadir a situação. Do cheiro da queima de lixo por conta da falta de coleta, ao cheiro forte de produtos químicos das indústrias adjacentes (Fig2), o campo se tornou um desastre de saúde pública induzido pelo Estado. De fato, uma pesquisa de saúde ambiental do campo conduzida em 2015 ofereceu um relatório sistemático das condições de saúde pública no local, concluindo que o governo francês falhou em oferecer padrões básicos de humanidade definidos pela Agência de Refugiados das Nações Unidas (UNHCR) (DHESI et al., 2015; 2018). Em suma, abandonar a população de refugiados para viverem na dita "selva" sem condições, sem provisão estatal suficiente, estava levando a extensivos danos corporais. Junto da escassez de espaços para tomar banho e a ausência de locais para lavar roupas pessoais e de cama, estimou-se que um quinto da população do campo contraiu sarna. Além disso, houve uma escassez aguda de banheiros, o que levou os refugiados a não ter opção além de defecar a céu aberto.

Figura 2: Dois residentes da “selva” de Calais olham por cima do campo, com as fábricas químicas ao fundo. Fonte: Os autores.



Evidentemente, o governo francês e a prefeitura local não atribuíram um motivo racial para esses atos de violência. Tampouco o próprio status de “violência” seria atribuído para a negação sistemática de saneamento básico, água e comida para pessoas subalternizadas, cuja vasta maioria é advinda de antigas colônias europeias, ou “colônias de fora”⁴ (GOLDBERG, 2006, p. 332). Ainda assim, o espectro da raça era aparente como uma lógica sob a qual essas políticas eram operadas – da criação do campo a sua eventual demolição em outubro de 2016. Conforme Galtung (1990, p. 292) explicou, a violência cultural às vezes opera “por meio de tornar a realidade opaca para que não vejamos o ato ou o fato violento”. Tal ocultação é o modo pelo qual a criação do campo envolveu a expulsão forçada e discriminatória dos refugiados das partes mais visíveis de Calais. Junto a todas as formas de políticas racializadas, o perfil racial era central no processo de aplicação das regras: durante nosso trabalho de campo em 2016 nós observamos como refugiados, racializados e identificados como indesejáveis, eram frequentemente cercados pela polícia e transferidos do centro de Calais de volta para a miséria do campo – de volta às condições degradantes para as quais *eles* eram condenados a pertencer.

Como resultado dessas expulsões e da criação do campo chamado de “selva”, as divisões raciais entre migrantes e cidadãos entraram para a esfera do espetáculo. O campo se tornou “um símbolo concentrado e visível do ‘apartheid’ dos Sujeitos migrantes do Sul Global” (DAVIES et al., 2017, p. 1268). Em pouco tempo, a abrupta divisão entre as condições da população de Calais majoritariamente branca e as condições dos residentes do campo se tornou perceptível, desconfortável e, inclusive, horripilante. Dentro de uma semana após a fundação do campo de refugiados, encontramos fazendeiros oferecendo voos sobre o campo a fotojornalistas por pequenas taxas. Jornalistas começaram a frequentar o campo para escrever sobre a miséria e monetizar o escândalo que se desenvolvia. Para jornalistas, o campo de Calais era uma “*third-world slum*” (SINIBALDI, 2015), um “*shanty town*”⁵ (LICHFIELD, 2015) que se constituía em um espaço até então “civilizado” (SPENCE, 2016) do cenário europeu. Para geógrafos, era “uma favela criada por Londres” (MOULD, 2017), e o campo se tornou politicamente intolerável porque fez com que as consequências violentas do racismo anti-migração se concentrassem no espaço, estando visíveis e indiscutivelmente lá.

Também por essa razão, quando a violência racial se tornou aparente, organizações solidárias e caridades começaram a protestar, resistir e entregar suprimentos humanitários (MOULD, 2017). Um letreiro próximo a um abrigo improvisado na margem do campo dizia que “ser preto não é um crime” (Fig 3) e os próprios residentes refugiados protestavam contra o racismo que fez o tratamento violento contra eles se tornasse “aceitável”. A concentração da alteridade racial transformou o campo em um ícone da desigualdade global (DAVIES; ISAKJEE, 2019). Raramente, desde a segunda guerra mundial, um espectro pós-colonial tão distinto de diferenças raciais foi demarcado de forma tão inconfundível na paisagem da Europa Ocidental. Como os grupos racializados de “acampamentos ciganos” na Europa, a dita “selva” produziu uma “perfeita justaposição de uma conotação racial marginalizada com uma localização urbana isolada, eventualmente cristalizando percepções raciais” (PICKER et al., 2018, p. 742). À medida que o campo se tornou um ícone da exclusão racial, a aliança incômoda da violência liberal – a qual depende da habilidade de esconder e deslocar a violência – falhou: o campo teve que desaparecer. As escavadeiras rolaram sobre o acampamento em chamuscas em outubro de 2016 e seus habitantes foram transportados de ônibus para locais distantes em toda a França, permitindo mais uma vez que a violência racial na fronteira fosse deslocada, escondida e negada.

Atualmente, a violenta governança da fronteira de Calais continua a ser obscura e a lógica racial que a pressupõe continua camuflada. Enquanto escrevemos

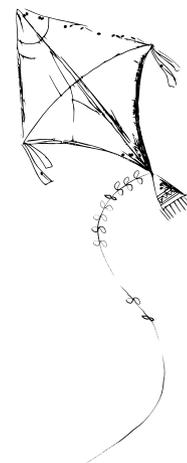




Figura 3: “Ser preto não é um crime” (2B Black is not a crime) escrito em um letreiro às margens da “selva” de Calais, 2015. Fonte: Os autores.

este artigo, cerca de 1500 pessoas ainda residem informalmente em Calais e Dunkirk em uma constelação inconstante de acampamentos menores. O *Le Centre Jules Ferry* foi demolido e a “selva” não existe há tempo, mas as políticas de ocultação e deslocamento se tornaram, argumenta-se, mais sofisticadas. Hoje, a violência contra refugiados frequentemente toma a forma de “domicídio” (MOULD, 2017; VAN ISACKER, 2019) onde a polícia rotineiramente demole abrigos e encharca sacos de dormir em valas inundadas (Fig 4); crueldade sancionada pelo Estado transformada em algo banal devido a sua repetição (OBRADOVIC-WOCHNIK, 2018). A violência também toma forma por meio de tentativas de autoridades locais de proibir a distribuição de comida em público (HAGAN, 2019). Nesses atos, sistematicamente, sutilmente e quase sempre fora do alcance dos olhos do público – nós vemos a violência de fronteira continuar sobre as bases, sempre presentes, da violência cultural que é o racismo. Mesmo nas políticas de destituição e exaustão, uma hierarquia racializada persiste. Durante nosso trabalho de campo em 2019, percebemos como pequenos grupos de sem-teto brancos podiam dormir no centro de Calais, enquanto os migrantes sem-teto, pretos e *brown*, eram regularmente apreendidos e despejados desses mesmos locais. Embora a violência racial aberta promovida por gente como Jules Ferry e seus colegas liberais possa ter desaparecido, a lógica racial que sustenta as fronteiras da Europa permanece intransigente. Essa violência vive de maneiras sutis e – como a próxima seção demonstrará – não tão sutis.

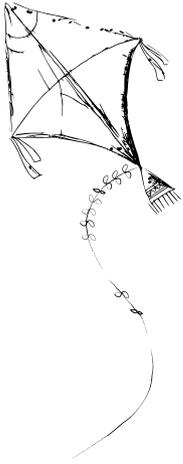
“Dispersões”⁶ violentas na fronteira Croácia-Bósnia

Se a violência no campo de Calais ocorre de modo furtivo, ao longo das fronteiras da Croácia com a Bósnia e a Sérvia, uma forma aparentemente diferente de violência ocorre, cuja marca é a agressão aberta ao invés da sutileza insidiosa. Migrantes tentando atravessar a Croácia para buscar asilo na UE são rotineiramente e violentamente “afastados” e ilegalmente expulsos para a Bósnia e para a Sérvia sem ter seus pedidos de asilo processados (AMNESTY INTERNATIONAL, 2019; EUROPEAN COUNCIL ON REFUGEES AND EXILES, 2019). À medida que a UE e a área de Schengen expandem, os países das fronteiras externas da UE crescentemente se tornam responsáveis pela guarda das fronteiras. Enquanto o Mar Mediterrâneo (GARELLI et al., 2018) é “usado” passivamente para impedir e até afogar migrantes em jornada para a Europa em barcos, os métodos usados na Croácia são *ativos* e incluem violência corporal direta. Essa seção empírica compila evidências de violência física sistemática contra migrantes atravessando a Croácia em direção à UE, com detalhes sobre como a violência é evidente, por vezes explícita sobre o caráter racial, e frequentemente deslocada para fora da zona de fronteira da UE em direção às fronteiras sul e leste da Croácia, locais que se tornam o pano de fundo para a dissuasão violenta.



Figura 4: Um campo de refugiados na periferia de Calais recentemente destruído pela polícia francesa em um ato cíclico de destruição de domicílios. Fonte: Os autores.





A “Rota dos Balcãs”, ou “Rota Ocidental dos Balcãs” – conforme descrito pela Frontex (EL-SHARAAWI; RAZSA, 2019) – se tornou proeminente à medida que a imigração para a Europa teve seu pico em 2015. Nosso trabalho de campo indica que a Rota dos Balcãs foi, inicialmente, uma alternativa a rotas marítimas mais perigosas. Tipicamente, refugiados viajavam da Grécia, através da Sérvia, e então tanto através da Hungria para a Áustria e depois Alemanha, quanto através da Croácia e Eslovênia. Os países dessas rotas experimentaram migração externa e forçada, particularmente desde os anos 1990, e isso foi sentido de forma aguda na Bósnia, onde a população muçulmana foi objeto de genocídio perpetrado pelas forças da Sérvia e da Bósnia; além de deslocamentos forçados dentro do país e para o exterior. Contudo, a relação entre deslocamento e a migração atual através da região é complexa e, conforme Hromadzic (2019, p. 128) destaca, contraditória: na Bósnia, por exemplo, as populações locais tanto “abraçaram” os novos migrantes quanto “desejaram que desaparecessem”; um ponto que ressoa com as descobertas de nosso trabalho de campo.

De modo mais amplo, conforme observado por Rexhepi (2018, p. 2218), a região passou a ser notada como uma “zona de vulnerabilidade que requer constante vigilância”, demandando o aumento da securitização das fronteiras em múltiplas escalas geográficas. A segurança de fronteira é, às vezes, explicitamente apoiada em discursos e práticas racializadas (REXHEPI, 2018), assim como implicitamente por meio da segregação racializada dos refugiados em espaços fechados (BIRD et al., 2020). Por exemplo, o “envoltório” das fronteiras húngaras com cercas de arame farpado e crescente violência – o ponto de saída original da interação com a Rota das Balcãs previamente mencionada – foi apoiado pelas narrativas de Viktor Orban sobre “defender o Cristianismo” do “vírus do terrorismo” e das “nações miscigenadas” (FEKETE, 2018). Cada envoltório de fronteira ao longo da Rota dos Balcãs empurrou, puxou e desviou pessoas em deslocamento pela região em movimentos circulares em travessias de fronteiras crescentemente precárias (STOJIC; MITROVIC; VILENCIA, 2019). Quando apreendidos na Croácia e na Eslovênia, migrantes são frequentemente expelidos de volta à Bósnia no que acaba sendo chamado de “dispersão”.

As dispersões e a violência associada são tão endêmicas que, durante o trabalho de campo, pudemos observá-las em qualquer dia. Uma pequena caminhada na pequena cidade de fronteira de Velika Kladusa resultaria em encontros com grupos de migrantes que teriam sido barrados naquele mesmo dia, na maioria dos casos de forma violenta. Ao trabalhar com o grupo de ativistas *No Name Kitchen* para oferecer banhos e roupas aos migrantes vivendo em ocupações, era possível ver que migrantes com

contusões, feridas ou curativos da violência de fronteira era algo rotineiro na Croácia. Os efeitos da violência de fronteira não são apenas visíveis no entorno das cidades de fronteira; trabalhadores humanitários e voluntários reportam ver sobreviventes machucados durante as dispersões em pontos distantes como na cidade de Tuzla, ao leste da Bósnia, e na capital sérvia Belgrado, depois de terem sido forçados a voltar durante suas jornadas.

Violência e racismo são elementos-chave das dispersões para fora da UE, conforme praticado, particularmente, pelas forças de fronteira croatas (BORDER VIOLENCE MONITORING NETWORK, 2020). A autora Karolína Augustová trabalhou como membro de uma rede de monitoramento de violência de fronteira na área para coletar evidências da natureza violenta e sistemática das expulsões. Desde janeiro de 2018, 680 testemunhos de dispersões violentas foram reportados, baseados em entrevistas detalhadas com vítimas por alguns poucos ativistas trabalhando principalmente na Bósnia e Sérvia Ocidentais (BORDER VIOLENCE MONITORING NETWORK, 2020). Dentre esses testemunhos, 270 envolveram a remoção forçada de menores. No entanto, o número de pessoas sendo expulsas é provavelmente muito maior que o número de casos que podem ser coletados pelo pequeno número de voluntários trabalhando na região. Nosso trabalho conduzido em um campo e em ocupações informais na Bósnia ocidental que recebe refugiados retornando dos pontos de dispersão, assim como as entrevistas com monitores da violência de fronteira, indica que entre 50 e 200 pessoas são removidas à força da Croácia e expulsas para a Bósnia todos os dias durante os meses de verão, sem ter seus pedidos de asilo processados. Essas pessoas expulsas comumente retornam com injúrias físicas visíveis, e aqueles subsequentemente entrevistados relatam serem sujeitos de uma gama de abusos violentos enquanto detidos na Croácia.

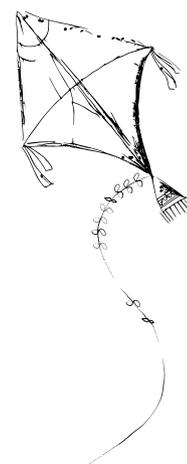
É importante detalhar alguns dos modos típicos de violência que as pessoas em busca de asilo relataram, especificamente ao serem expulsos da Croácia. Quase que universalmente, migrantes e refugiados têm seus telefones celulares confiscados e destruídos, pois são cruciais para a navegação e para o contato com membros da família e com contrabandistas. Com celulares visivelmente destruídos rapidamente tornando-se evidência de dispersões violentas (Fig 5), refugiados nos mostraram como seus telefones estavam sendo destruídos de forma menos óbvia – com a polícia croata destruindo o circuito interno do telefone e, portanto, ocultando o dano criminal. Entrevistas com refugiados e monitores da violência de fronteira indicaram que outros pertences, incluindo dinheiro, eram frequentemente apreendidos pelas autoridades croatas, sendo um marco desse tipo de violência.



Figura 5: Ao retornar das dispersões, as vítimas frequentemente nos mostravam seus celulares, os quais são comumente destruídos pela polícia antes que eles sejam expulsos para a Bósnia. Fonte: Os autores.

Em contraste com a situação ao norte da França, centenas de casos de espancamento físico foram relatados em várias formas: refugiados comumente relatam terem sido agredidos com socos, chutes ou apanhando com bastões dos agentes de fronteira croatas, além de choques elétricos com *tasers*. Por exemplo, um relato de um incidente de 7 de agosto de 2019 gravado na Croácia, próximo da fronteira com a Bósnia, em Maljevac, detalha como 23 pessoas entre 25 e 32 anos foram agredidas com bastões e punhos, além de serem chutadas. Em 5 de agosto de 2019, um grupo de 10 indivíduos de 18 a 45 anos do Afeganistão foi agredido de forma similar com mãos e bastões. O excerto a seguir é parte do testemunho extensivamente detalhado desse caso:

Eles nos bateram um por um e então disseram que voltássemos para a Bósnia. Havia um rio para atravessar para entrar na Bósnia. Então cada um de nós cruzou o rio depois de apanhar. Algumas pessoas apanharam muito, algumas pessoas apanharam menos. Eu, o último, apanhei muito. O primeiro e o último apanharam mais. Um agarrou minha camiseta e o outro me dava socos (...) Não pude proteger meu rosto. Eu os disse: "Parem! Vocês estão me machucando. Eu não consigo respirar". Ele me agarrou (...) e chutou meu rosto duas vezes (entrevista conduzida por Karolína Augustová, 5 de agosto de 2019; extratos publicados pela *Border Violence Monitoring Network*, 2020).



A violência sistemática com a qual se deparam as pessoas atravessando as fronteiras da Croácia é corroborada por relatórios de organizações internacionais e ONGs (AMNESTY INTERNATIONAL, 2019; MSF, 2017). Por exemplo, ONGs e organizações de ajuda relataram uso de violência incluindo choques elétricos, espancamento e violência sexual (BORDER VIOLENCE MONITORING NETWORK, 2020), assim como o uso de navalhas, facas e privação alimentar (MSF, 2017). Durante o trabalho de campo em 2019, frequentemente encontramos refugiados com sérios cortes, contusões e membros enfaixados que resultaram de dispersões violentas. Adicionalmente aos registros sistemáticos de violência de fronteira, nosso time de pesquisa conversou com 50 migrantes que foram despojados e retornaram da Croácia à Bósnia com pouca roupa, depois de terem seus calçados confiscados, o que fez com que a longa caminhada causasse severas injúrias em seus pés. Assim como em Calais, há a ocultação dessa violência, notadamente no fato de que a violência física ocorre na calada da noite e longe de áreas populosas, em meio a morros de florestas e montanhas, ao longo da fronteira com a Bósnia.

É importante ressaltar que a natureza racial da violência de fronteira não pode depender do discurso proferido em nome do opressor. Contudo, nos relatórios de violência e nas nossas entrevistas com os participantes, um número de pessoas prestou testemunho sobre como a raça era *explicitamente* evocada durante as dispersões violentas. Um relatório de 21 de setembro de 2018, por exemplo, descreve como um refugiado do Afeganistão apanhou assim que confirmou ser muçulmano:

[a polícia de fronteira croata] começou a nos bater (...) Eu disse porque vocês estão fazendo isso, porque aqui é Europa (...) O policial me disse que eu sou um animal. Ele também usou eletricidade e um bastão (entrevista conduzida por Karolína Augustová, em 21 de setembro de 2018; extratos publicados pela *Border Violence Monitoring Network*, 2020).

Conforme Vaughn-Williams (2015, p. 2) observa, a "animalização" aludida aqui estrutura tanto o testemunho do migrante "irregular" quanto revela a natureza racial dos abusos que os migrantes sofrem. Similarmente, um relatório de 1 de outubro de 2018 descreve como um oficial de fronteira que aplicava violência física fez referência a muçulmanos matando seu pai durante as guerras da Iugoslávia como justificativa para não ajudar os refugiados, e antes de bater neles (entrevista conduzida por Karolína Augustová em 1 de outubro de 2018; extratos publicados pela *Border Violence*

Monitoring Network, 2020). Um relato de dispersão na Eslovênia de 5 de agosto de 2018 descreve uma mulher muçulmana tendo seu véu (*headscarf*) recusado junto do aviso: “Esta é a última vez que você [vestirá] seu véu (...) aqui não é o Afeganistão, aqui é Eslovênia, não é Islamismo” (entrevista conduzida por Karolína Augustová em 5 de agosto de 2018; extratos publicados pela *Border Violence Monitoring Network*, 2020).

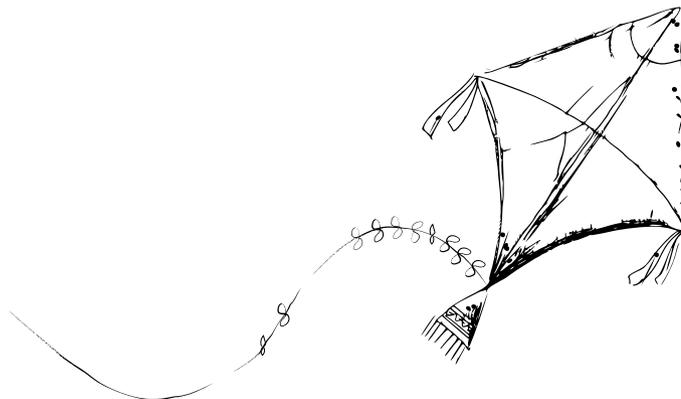
A racialização dos migrantes muçulmanos como “Outros” indesejáveis na Europa branca (FEKETE, 2018; REXHEPI, 2018) é explícita nesses testemunhos – mas em Calais a violência racial é omitida e obscurecida por meio do deslocamento e da negação. Seria incorreto entender essa violência como uma forma de “excepcionalidade dos Balcãs e ‘criminalidade’ percebida na região da Rota dos Balcãs” (EL-SHA RAAWI; RAZSA, 2019) como uma externalidade da esfera da “Europa liberal”.

Neu (2018, p. 22) escreve sobre a violência do “liberalismo não examinado” e clama para que a análise vá além dos atos atomizados de violência de modo a entender a construção da violência por meio das decisões espaciais e das redes de política. Para compreender a violência racial de fronteira é vital compreender o contexto geopolítico mais amplo. A proliferação das dispersões violentas pode ser diretamente ligada às aspirações da Croácia em fazer parte da área de Schengen. Por exemplo, uma averiguação feita pelo Conselho Europeu conectou o elevado foco na segurança de fronteira como parte de uma “preparação para acessar a região sem fronteiras da área de Schengen” (COUNCIL OF EUROPE, 2019, p. 3; EUROPEAN COUNCIL OF REFUGEES AND EXILES, 2019). De acordo com as denúncias feitas pelos relatórios, a violência contra os migrantes na fronteira é sistemática e institucionalizada (OMBUDSWOMAN FOR HUMAN RIGHTS, 2019). Assim, países como Alemanha, França e Itália são “protegidos” da presença superracializada de pessoas de fora; enquanto a Croácia é “recompensada” com a adesão à área de Schengen (HUMAN RIGHT WATCH, 2019).

Nossas entrevistas com a Comissão da UE e com pessoal da Frontex também indicam que há uma *noção* generalizada da violência de fronteira na Croácia – e também um papel político em apoiar a expansão da área de Schengen. Além disso, a Croácia tem sido oficialmente elogiada por oficiais da UE especificamente por lidar com os “problemas de migração” (VLADISAVLEVIC, 2018). Em 2018, a chanceler alemã Angela Merkel fez um elogio público à governança de fronteira afirmando que a Croácia estava fazendo “um trabalho notável com suas forças de segurança” (MERKEL, 2018). De acordo com M’charek et al. (2014), as práticas raciais na fronteira da UE são enredadas e dependem de uma gama de infraestrutura de segurança e tecnologia. A UE providenciou financiamento crucial para as operações de fronteira

ao longo de seu perímetro (EUROPEAN COMMISSION, 2018a): 108 milhões de euros foram gastos na administração da fronteira na Croácia desde 2014, com um adicional de 23,3 milhões de euros em infraestrutura emergencial para segurança de fronteira desde 2016, e mais 6,2 milhões de euros em 2019 (COUNCIL OF EUROPE, 2019, p. 26). Desde 18 de julho de 2018, a Frontex usa aviões e dados visuais para transmitir para mais de 1000 policiais de fronteira croatas e auxiliá-los com as "operações de interceptação" (COUNCIL OF EUROPE, 2019, p. 34). Além disso, a Comissão Europeia (2018b) relatou que tecnologias como torres de observação, câmeras de visualização de calor, drones, helicópteros e arame farpado foram adquiridas com dinheiro da UE para serem utilizadas nessas operações de segurança da fronteira Bósnia-Croácia. Assim como a UE tem terceirizado a segurança de fronteira para países de fora da União (BIALASIEWICZ, 2012; BORG, 2014), quando os países entram na UE e se preparam para aderir à área de Schengen, eles também se tornam responsáveis pela segurança da fronteira. Em suma, a violência física brutal é *periferizada* para fora das fronteiras externas da UE.

Há um escopo muito grande para continuar a exploração da gama de arquitetura financeira, tecnológica, institucional e de infraestrutura que viabiliza a violência contra migrantes na Croácia e na antiga Iugoslávia. No entanto, retornamos ao ponto abrangente construído por meio do levantamento empírico. As evidências claramente mostram que as políticas da UE apoiam a violência de fronteira por meio de financiamento material da segurança de fronteira enquanto os membros da UE são evasivos e furtam a confrontação da existência da violência e, obviamente, de seu caráter ilegal. Os atos de distanciamento do norte da Europa e dos centros de poder em Bruxelas, Berlim e Paris permitem um nível de negação plausível ou, conforme Doty (2011) descreve, o espaço do "álibi" moral, estando os atos de violência distantes dos centros de poder geopolítico cujos recursos são cruciais para manter a profunda violência racial evidenciada nessa seção do artigo.



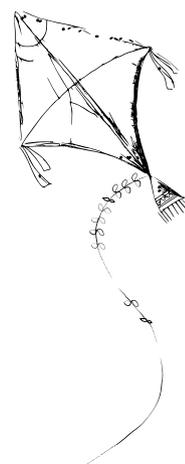
Violência liberal e a fronteira racial

A dignidade humana é inviolável. Ela precisa ser respeitada, protegida e constitui a base real dos direitos fundamentais (EUROPEAN UNION, 2019).

As políticas de fronteira europeias tipicamente praticam violência para racializar grupos de migrantes. Dessa forma, abdicam tanto dos valores liberais quanto dos direitos legais que a UE afirma defender. Essa falha ética e legal não é uma aberração, mas sim algo sistemático na governança de fronteira europeia, conforme exemplificado neste artigo. A princípio, a violência racial na fronteira da UE é difícil de detectar – a violência de fronteira é comumente deslocada, ocultada ou negada. Na França ou no noroeste da área de Schengen, o obscurecimento da violência ocorre de formas mais sutis; aqueles em busca de asilo têm direitos restringidos inclusive à alimentação básica, abrigo e segurança por meio de pernicioso violência de inação (DAVIS et al., 2017). Já a política de fronteira no sudeste da área de Schengen pratica violência muito mais direta: espancamento sistemático de migrantes racializados que parecem mais com tortura e punição corporal de uma era de governança pré-liberal.

No entanto, nós defendemos que é adequado conceber esses dois tipos de violência como estudos de caso contrastantes das formas de *violência liberal*. Violência liberal envolve seu obscurecimento estrutural, algo comum em sociedades liberais – mas também reproduz lógicas que não enxergam a raça, algo que integra a própria história do liberalismo (LOSURDO, 2011; MOREFIELD, 2009). As manifestações de violência liberal ostensivamente contradizem os valores liberais sobre direitos humanos, dignidade e asilo nos casos explorados neste artigo. Mas essa contradição se sustenta por meio da ocultação e do deslocamento da violência. A violência liberal pode também ser obscurecida por meio de outros mecanismos – conforme Neu (2018) escreveu sobre “violência liberal *justa*”, a violência liberal é frequentemente concebida como parte de um projeto humanitário em si mesmo.

A revisão de literatura demonstrou como o pensamento liberal europeu tem rotineiramente sido culpado da profunda inconsistência no que diz respeito a aplicar direitos liberais para grupos racializados. Uma inconsistência que encontra raízes no colonialismo europeu e pode também ser testemunhada em outras regiões colonizadas. Em tempos pós-coloniais, essa inconsistência foi metamorfoseada em violência direta contra migrantes concebidos como sujeitos externos e racializados aos quais,



conforme os dados empíricos mostram, os direitos teóricos ao asilo e à liberdade do dano físico podem ser negados – e grosseiramente violados – pelos próprios Estados que corroboram esses direitos. A Europa e nações colonizadas podem articular seu liberalismo como um mecanismo por meio do qual é possível afastar e negligenciar seu presente pós-colonial – mas simultaneamente reinscrevem as divisões raciais por meio de políticas restritivas para migrantes e refugiados e práticas violentas de fronteira. Crucialmente, o ocultamento e o deslocamento da violência racial contra migrantes fazem um trabalho político em manter a fachada do liberalismo Europeu em oposição a essa imagem negativa já comprometida.

Pesquisadores de raça e pós-colonialismo acertadamente nos chamam a pensar como a lógica racial que embasa a violência racial é construída e, similarmente, nós precisamos desvendar os meios pelos quais essa própria violência é obscurecida. As múltiplas formas de dispersão social, ativismo e advocacia dos direitos dos migrantes (STIERL, 2018) e contra a violência racial na Europa sugerem o potencial de desafiar o que Losurdo (2011, p. 344) descreveu como cláusulas excludentes do liberalismo. Porém, a força dessas dispersões é, pelo menos em parte, dependente da visibilidade das injustiças e de seus componentes raciais. Por meio da omissão da natureza racial e violenta da governança de fronteira na UE, a violência liberal é permitida a continuar de forma desimpedida, facilitando sua ocorrência à medida em que está integrada ao contexto social. Nós também podemos encontrar violência liberal em outros lugares: mediada em vastas distâncias entre os controladores de drones militares nos EUA e suas vítimas no Paquistão e Afeganistão (SINGH, 2017); ou nas geografias tóxicas de zonas de sacrifício industrial onde empresas petroquímicas podem expor comunidades racializadas à violência liberal da poluição (DAVIES, 2019). A violência liberal desencadeia repressão racial severa para cidadãos detidos indefinidamente na Ilha de Nauru, ou nas fábricas e casas de trabalho do “Sul global” (NEU, 2018) que criam produtos baratos para consumidores ricos, para quem a realidade desse trabalho – e a racialização do capital – está convenientemente invisível.

Em meio a tanta pesquisa sobre a famigerada “crise europeia de refugiados”, a análise da raça do racismo permanece curiosamente ausente. Por vezes, isso ocorre porque a sociedade liberal faz da *imagem* liberal uma virtude, o que explicaria porque mesmo as práticas racistas contemporâneas são frequentemente embaladas no epitáfio do “Eu não sou racista, mas” (AUGOUSTINOS; EVERY, 2007). Em outros tempos, essa omissão é acompanhada pela noção pouco teorizada de que “cidadania”, e não “raça”, é o alvo das práticas discriminatórias; como se, se alguma forma, a função histórica

da cidadania, biopolítica e fronteiras tivesse permanecido hermeticamente fechada para os sistêmicos e históricos atos de racismo que atingiram todo o resto. Ocasionalmente, há um entendimento implícito entre pesquisadores de que a raça tem um papel importante na governança de migrações. Contudo, sem recorrer *explicitamente* a essa noção, há armadilhas para os pesquisadores dedicados a entender migrações. Simplesmente detalhando os mecanismos, técnicas e modalidades da governança violenta, assume-se o risco de que as forças estruturais da raça, do racismo e da racialização que estruturam a governança de fronteira passem despercebidas. Sem uma análise que considere a raça em uma posição central, as várias tecnologias da violência podem aparecer quase como resultado intencional, espontâneo e imprevisível de mudanças nos modelos de governança liberal; um efeito colateral inocente de burocracias, governos e tecnologias de fronteira liberais avançadas. A violência racial cujo perfil foi construído neste artigo não é uma excentricidade ou um erro, mas sim a fundação sobre a qual os regimes de fronteira são consolidados.

Nós encerramos este artigo reafirmando a importância de reconhecer o papel da raça e da racialização em todas as formas de violência de fronteira e dar atenção aos modos pelos quais a violência dos Estados é rotineiramente obscurecida. Ao chamar isso de violência "liberal" nós desejamos focar as lentes da crítica de volta às sociedades liberais como um problema sistemático, ao invés de como uma aberração. Além disso, ao considerar esses atos de violência como formas de *violência liberal*, nós colocamos em evidência como o obscurecimento da violência contra os migrantes, por meio da ocultação e do deslocamento – ou mesmo por meio da negação ou da ignorância – ajudam a sustentar a agradável e acrítica noção de uma "Europa liberal" e de suas pretensões civilizatórias, com as quais os Outros não-civilizados são confrontados e, então, violados em suposta defesa da Europa.

Agradecimentos

Este trabalho foi financiado por meio do *Scholar-Activist Project Award* da *Antipode Foundation*. Partes do trabalho de campo foram financiadas pelo *Economic and Social Research Council (ES/M500446/1)*, por financiamento do *Environmental Risk Cluster Grant* da Escola de Geografia da Universidade de Nottingham, pelo *Aston Centre for Europe* da Universidade de Aston; pelo *Internal GCRF QR Allocation Funding* da Universidade de Aston e pela Escola de Linguagens e Ciências Sociais da Universidade de Aston (*PhD Bursary awarded to Karolína Augustova*). Nós gostaríamos de agradecer aos participan-

tes da pesquisa por compartilharem suas experiências conosco e aos organizadores do *Care4Calais* e da *No Name Kitchen*. Versões iniciais do artigo beneficiaram-se de comentários inspiradores de Stephen Legg, Kathy Burrell e Levi Gahman. Nós também gostaríamos de agradecer aos revisores anônimos pelas suas recomendações. Este artigo foi escrito em solidariedade às pessoas imigrantes e refugiadas.

Notas

1 Nota dos editores [N.E.]: A versão original deste artigo foi publicada com o título *Liberal Violence and the Racial Borders of the European Union*, na revista *Antipode - a Radical Journal of Geography*, Volume 52, Issue 6, novembro, 2020, p. 1751-1773. Os direitos de publicação e reprodução são de propriedade da editora John Wiley and Sons. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/anti.12670>

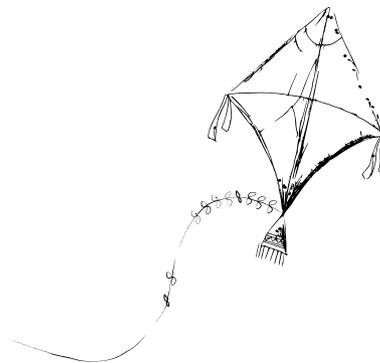
2 Nota do tradutor [N.T.]: no original, *domicide* refere-se à destruição deliberada de domicílios (“domicílio” + o sufixo “cídio”, do latim, significando matar, imolar ou derrubar).

3 [N.E.]: *brown* no texto original é o termo que se refere a pessoas não brancas, mas que não são consideradas negras. Categorias de classificação étnico-racial são contextuais, por isso aqui escolhemos manter a palavra no original pela dificuldade de uma tradução precisa a partir das categorias de étnico-raciais adotadas pelo IBGE (branco, pardo, preto, indígena e amarelo).

4 [N.T.]: No original, *the colonial outside* refere-se a lugares externos à Europa e frequentemente racializados por esse motivo. Na definição de Goldberg, trata-se de “extensões provinciais investidas principalmente na escravidão rural” (2006, p. 332).

5 [N.T.]: No original: *third-world slum* e *shanty town* referem-se a variações regionais de termos como *favelas*. Ao passo que *slum* é um termo utilizado internacionalmente, *shanty town* é uma expressão equivalente mais utilizada na África do Sul. Esses termos são padronizados pelo IBGE, no contexto brasileiro, como “aglomerados subnormais”.

6 [N.T.]: No original, *pushbacks* refere-se ao processo ilegal de dispersão física forçada (*push*) dos migrantes de volta para fora da UE (*back*), negando seu direito ao pedido formal de asilo. Os autores do texto original optam por utilizar a palavra entre aspas para enfatizar que *pushback* é o termo frequentemente utilizado pelos refugiados e pelos voluntários da região para descrever os eventos de dispersão violenta nas fronteiras. O termo *dispersão* é usado no Brasil para noticiar formas violentas da força policial sobre manifestações e protestos.



Referências

- AMNESTY INTERNATIONAL. Pushed to the Edge: Violence and Abuse against Refugees and Migrants along the Balkan Route. Disponível em <https://www.amnesty.org/en/documents/eur05/9964/2019/en/>. Último acesso em 20 jul. 2020. Londres: Amnesty International Ltd, 2019.
- AUGOUSTINOS, M.; EVERY, D. The language of “race” and prejudice: A discourse of denial, reason, and liberal-practical politics. *Journal of Language and Social Psychology*, 26(2): 123-141, 2007.
- BETZ, H. G. Against the “green totalitarianism”. In: LIANG, C. S. (org.) *Europe for the Europeans: The Foreign and Security Policy of the Populist Radical Right*. Aldershot: Ashgate, 2016, p. 51-72.
- BHAMBRA, G. K. The current crisis of Europe: Refugees, colonialism, and the limits of cosmopolitanism. *European Law Journal*, 23(5): 395-405, 2017.
- BIALASIEWICZ, L. Off-shoring and out-sourcing the borders of Europe: Libya and EU border work in the Mediterranean. *Geopolitics*, 17(4): 843-866, 2012.
- BIRD, G.; OBRADOVIC-WOCHNIK, J.; RUSSELL BEATTIE, A.; ROZBICKA, P. “Badlands” of the “Balkan Route”: Policy and spatial effects on urban refugee housing. *Global Policy*, 12(2): 28-40, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12808>.
- BORDER VIOLENCE MONITORING NETWORK. Border Violence Monitoring Reports. Disponível em: <https://www.borderviolence.eu/violence-reports/>. Último acesso em 24 mai. 2020.
- BORG, S. Euro-crafting at border zones: The case of the Greco-Turkish border and the question of a European Union “beyond the state”. *Geopolitics*, 19(3): 565-586, 2014.
- CÉSAIRE, A. *Discourse on Colonialism*. New York: NYU Press, 2001 [1955].
- COUNCIL OF EUROPE. Report of the Fact-Finding Mission by Ambassador Tomas Bocek, Special Representative of the Secretary General on Migration and Refugees, to Bosnia and Herzegovina and to Croatia 24-27 July and 26-30 November 2018. Information Documents SG/Inf(2019)10, 2019. Disponível em: <https://rm.coe.int/report-of-the-fact-finding-mission-by-ambassador-tomas-bocek-special-r/1680940259>. Acessado pelo tradutor em 09 jun. 2021.
- DAVIES, T. Slow violence and toxic geographies: “Out of sight” to whom? *Environment and Planning C: Politics and Space*, 0(0): 1-19, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/2399654419841063>.
- DAVIES T.; ISAKJEE, A. Ruins of empire: Refugees, race, and the postcolonial geographies of European migrant camps. *Geoforum*, 102: 214-217, 2019.
- DAVIES, T.; ISAKJEE, A.; DHESI, S. Violent inaction: The necropolitical experience of refugees in Europe. *Antipode*, 49(5): 1263-1284, 2017.
- DHESI, S.; ISAKJEE, A.; DAVIES, T. An Environmental Health Assessment of the New Migrant Camp in Calais. Disponível em: <https://www.birmingham.ac.uk/Documents/college-les/gees/research/calais-report-oct-2015.pdf>. Último acesso em 20 jul. 2015. Birmingham: University of Birmingham, 2015.
- DHESI, S.; ISAKJEE, A.; DAVIES, T. Public health in the Calais Refugee Camp. *Critical Public Health*, 28(2): 140-152, 2018.
- DOTY, R. L. Bare life: Border-crossing deaths and spaces of moral alibi. *Environment and Planning D: Society and Space*, 29(4): 599-612, 2011.
- EL-SHAARAWI, N.; RAZSA, M. Movements upon movements: Refugee and activist struggles to open the Balkan route to Europe. *History and Anthropology*, 30(1): 91-112, 2019.
- EL-TAYEB, F. The birth of a European public: Migration, postnationality, and race in the uniting of Europe. *American Quarterly*, 60(3): 649-670, 2008.
- EL-TAYEB, F. *European Others: Queering Ethnicity in Postnational Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.
- European Commission. Migration and Borders: Commission Awards Additional €305 Million to Member States Under Pressure. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_18_6884. Último acesso em: 28



- mai. 2020. Bruxelas: Comunicado de imprensa, 2018a
- EUROPEAN COMMISSION. Annual Report 2018 on Migration and Asylum in Croatia: National Report (Part 2). Disponível em: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/04a_croatia_arm2018_part2_en.pdf. Último acesso em 10 ago. 2020. Bruxelas, 2018b.
- EUROPEAN COUNCIL ON REFUGEES AND EXILES. Schengen: A Club Where Fundamental Rights (Do Not) Matter? Policy Note, 24: 1-4, 2019. Disponível em: https://www.ecre.org/wp-content/uploads/2019/11/PN_24.pdf. Último Acesso em 29 mai. 2020.
- EUROPEAN UNION. Goals and Values of the EU. Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/eu-in-brief_en. Último acesso em 24 jul. 2019. The EU in brief, 2019.
- FABIANI, J. L. Rethinking the Enlightenment, or thinking the Enlightenment for the first time. *Approaching Religion*, 1(2): 7-11, 2011.
- FANON, F. *The Wretched of the Earth*. New York: Grove Press, 1961.
- FEKETE, L. *Europe's Fault Lines*. London: Verso, 2018.
- FRONTEX. Vision, Mission, and Values. Disponível em: <https://frontex.europa.eu/about-frontex/vision-mission-values/>. Último acesso em 6 set. 2019. European Border and Coast Guard Agency, 2019.
- GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research*, 6(3): 167-191, 1969.
- GALTUNG, J. Cultural violence. *Journal of Peace Research*, 27(3): 291-305, 1990.
- GARELLI, G.; HELLER, C.; PEZZANI, L.; TAZZIOLI, M. Shifting bordering and rescue practices in the central Mediterranean Sea, October 2013-October 2015. *Antipode*, 50(3): 813-821, 2018.
- GILROY, P. *There Ain't No Black in the Union Jack*. London: Hutchinson, 1987.
- GOLDBERG, D. T. *The Racial State*. Oxford: Blackwell, 2002.
- GOLDBERG, D. T. Racial Europeanization. *Ethnic and Racial Studies*, 29(2): 331-364, 2006.
- HABERMAS, J.; DERRIDA, J. February 15, or what binds Europeans together: A plea for a common foreign policy, beginning in the core of Europe. *Constellations*, 10(3): 291-297, 2003.
- HAGAN, M. Inhabiting a hostile environment: The sanitary politics of life at the postcamp Calais border. Disponível em: <https://www.societyandspace.org/articles/inhabiting-a-hostile-environment-the-sanitary-politics-of-life-at-the-post-camp-calais-border>. Acesso pelo tradutor em 9 jun. 2021. *Society and Space*, 2019.
- HALL, S. Europe's other self. *Marxism Today*, August 1991: 18-19, 1991.
- HROMADZIC, A. Uninvited citizens: Violence, spatiality, and urban ruination in postwar and postsocialist Bosnia and Herzegovina. *Third World Thematics: A TWQ Journal*, 4(2/3): 114-136, 2019.
- HUMAN RIGHTS WATCH. EU: Address Croatia Border Pushbacks. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2019/11/08/eu-address-croatia-border-pushbacks>. Último acesso em 29 mai. 2020. Human Rights Watch, 2019.
- HUTTA, J. S. From sovereignty to technologies of dependency: Rethinking the power relations supporting violence in Brazil. *Political Geography*, 69: 65-76, 2019.
- ILCAN, S.; RYGIEL, K.; BABAN, F. The ambiguous architecture of precarity: Temporary protection, everyday living, and migrant journeys of Syrian refugees. *International Journal of Migration and Border Studies*, 4(1/2): 51-70, 2018.
- JEANDESBOZ, J. EU border control: Violence, capture, and apparatus. In: JANSEN, Y.; CELIKATES, R.; BLOOIS J. de. (orgs.). *The Irregularization of Migration in Contemporary Europe*. London: Rowman and Littlefield, 2014, 87-102.
- JONES, R. *Violent Borders: Refugees and the Right to Move*. London: Verso, 2016.
- LAURIE, E. W.; SHAW, I. G. Violent conditions: The injustices of being. *Political Geography*, 65: 8-16, 2018.
- LENTIN, A. Europe and the silence about race. *European Journal of Social Theory*, 11(4): 487-503, 2008.

LICHFIELD, J. Calais' migrant shanty town to be provided with water and electricity by French government. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/europe/calais-migrant-shanty-town-to-be-provided-with-water-and-electricity-byfrench-government-10335225.html>. Acessado em 6 set. 2019. The Independent, 2015.

LOSURDO, D. *Liberalism: A Counter-History*. London: Verso, 2011.

M'CHAREK, A.; SCHRAMM, K.; SKINNER, D. Topologies of race: Doing territory, population, and identity in Europe. *Science, Technology, and Human Values*, 39(4): 468-487, 2014.

MAYBLIN, L. *Asylum After Empire*. London: Rowman and Littlefield, 2017.

MEHTA, U. S. *Liberalism and Empire: A Study in 19th Century British Liberal Thought*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

MERKEL, A. *Pressekonferenz von Bundeskanzlerin Merkel und dem kroatischen Ministerpräsidenten Plenkovic*. Disponível em: <https://www.bundesregierung.de/breg-de/aktuelles/pressekonferenzen/pressekonferenz-von-bundeskanzlerin-merkel-und-dem-kroatischen-ministerpraesidenten-plenkovi%04%87-1526696>. Último acesso em 6 set. 2019.

MIGRATION OBSERVATORY. *Calais and Clandestine Migration into the UK: Concerns and Context*. Disponível em: <https://migrationobservatory.ox.ac.uk/resources/commentaries/calais-and-clandestine-migration-into-the-uk-concerns-and-context/>. Último acesso em 8 ago. 2020. University of Oxford Migration Observatory, 2014.

STOJIC; MITROVIC, M. S.; VILENICA, A. Enforcing and disrupting circular movement in an EU borderscape. *Citizenship Studies*, 23(6): 540-558, 2019.

MONDON, A.; WINTER, A. *Reactionary Democracy*. London: Verso, 2020.

MOREFIELD, J. *Covenants Without Swords: Idealist Liberalism and the Spirit of Empire*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

MOREFIELD, J. *Empires Without Imperialism: Anglo-American Decline and the Politics of Deflection*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

MOULD, O. The Calais Jungle: A slum of London's making. *City*, 21(3/4): 388-404, 2017.

MSF. *Games of Violence: Unaccompanied Children and Young People Repeatedly Abused by EU Member State Border Authorities*. Disponível em: <https://www.msf.org/sites/msf.org/files/serbia-games-of-violence-3.10.17.pdf>. Último acesso em 6 ago. 2020. Médecins Sans Frontières, 2017.

NEU, M. *Just Liberal Violence: Sweatshops, Torture, War*. London: Rowman and Littlefield, 2018.

OBRADOVIC-WOCHNIK, J. Urban geographies of refugee journeys: Biopolitics, neoliberalism, and contestation over public space in Belgrade. *Political Geography*, 67: 65-75, 2018.

OMBUDSWOMAN FOR HUMAN RIGHTS. *No institutional reaction to alleged illegal police treatment of migrants*. Disponível em: <https://www.ombudsman.hr/en/no-institutional-reaction-to-alleged-illegal-police-treatment-of-migrants/>. Último acesso em 29 mai. 2020. Ombudswoman of the Republic of Croatia, 2019.

PAREKH, B. The cultural particularity of liberal democracy. *Political Studies*, 40(s1): 160-175, 1992.

PAREKH, B. Discourses on national identity. *Political Studies*, 42(3): 492-504, 1994.

PICKER, G.; GREENFIELDS, M.; SMITH, D. Colonial refractions: The "Gypsy camp" as a spatio-racial political technology. *City*, 19(5): 741-752, 2015.

REXHEPI, P. Arab others at European borders: Racializing religion and refugees along the Balkan Route. *Ethnic and Racial Studies*, 41(12): 2215-2234, 2018.

ROBINSON, C. J. *Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1983.

RODRIGUEZ, A.; RODRIGUEZ, P.; SAVORIDO M.; SEGOVIA, O.; MIREZ, L. Visible and invisible violence and inequality in neoliberal Santiago. *Environment and Urbanization*, 26(2): 359-372, 2014.

RYGIEL, K. Bordering solidarities: Migrant activism and the politics of movement and camps at Calais. *Citizenship Studies*, 15(1): 1-19, 2011.

- SAID, E. **Orientalism**. New York: Penguin, 1978.
- SINGH, N. P. **Race and America's Long War**. Oakland: University of California Press, 2017.
- SINIBALDI, C. **Life in Calais' new migrant slum-in pictures**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/gallery/2015/apr/06/life-in-calais-migrant-slum-julesferry-in-pictures-christian-sinibaldi>. Último acesso em: 17 jan. 2019. The Guardian, 6 abr. 2015
- SIVANANDAN, A. **Communities of Resistance**. London: Verso, 1990.
- SPENCE, B. **The Calais Jungle should never have existed**. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/voices/calais-jungle-demolition-child-refugees-asylum-ukborder-france-a7377501.html>. Último acesso em 17 jan. 2019. The Independent, 24 out. 2016.
- SPRINGER, S.; LE BILLON, P. Violence and space: An introduction to the geographies of violence. **Political Geography**, 52: 1-3, 2016.
- STIERL, M. **Migrant Resistance in Contemporary Europe**. London: Routledge, 2018.
- TAZZIOLI, M. The politics of migrant dispersal: Dividing and policing migrant multiplicities. **Migration Studies**, 8(4): 510-529, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1093/migration/mnz003>.
- TRAKILOVIC, M. On this path to Europe: The symbolic role of the "Balkan corridor" in the European migration debate. In: BUIKEMA, R.; BUYSE, A.; ROBBEN, A. (orgs.). **Cultures, Citizenship, and Human Rights**. Abingdon: Routledge, 2020, p. 49-63.
- TODOROV, T. **The Fear of Barbarians: Beyond the Clash of Civilizations**. Chicago: University of Chicago Press, 2010.
- TURNER, J. The family migration visa in the history of marriage restrictions. **British Journal of Politics and International Relations**, 17(4): 623-643, 2015.
- TYERMAN, T. Everyday borders in Calais: The globally intimate injustices of segregation. **Geopolitics**, 26(2): 464-485, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/14650045.2019.1631807>.
- UMEK, D.; MINCA, C.; SANTIC, D. The refugee camp as geopolitics: The case of Presevo (Serbia). In: PARIDISO, M. (org.). **Mediterranean Mobilities**. Cham: Springer, 2019, p. 37-53.
- VAN ISACKER, T. Bordering through domicile: Spatializing citizenship in Calais. **Citizenship Studies**, 23(6): 608-626, 2019.
- VAUGHAN-WILLIAMS, N. "We are not animals!": Humanitarian border security and zoopolitical spaces in Europe. **Political Geography**, 45:1-10, 2015.
- VLADISAVLEVIC, A. **Merkel, Plenkovic discuss Germany-Croatia "action plan"**. Disponível em: <https://balkaninsight.com/2018/08/28/croatian-pm-talks-with-german-chancellor-about-future-of-croatia-western-balkan-08-28-2018/>. Último acesso em: 21 jul. 2020. Balkan Insight, 28 ago 2018.
- WALIA, H. **Undoing Border Imperialism**. Oakland: AK Press, 2013.
- ZIMRING, C. A. **Clean and White**. New York: NYU Press, 2017.

